

O PAPEL-MOEDA DURANTE A OCUPAÇÃO NIPÓNICA DE TIMOR-LESTE

Devido à neutralidade adoptada por Portugal durante a II Guerra Mundial, o território nacional e o da maioria das colónias foi poupado aos cenários de guerra que, outras partes do mundo experienciaram. Tal não sucedeu com o então Timor Português, que sofreu as agruras de quase quatro anos de ocupação nipónica.

A então colónia mais distante da metrópole tinha do governo central em Lisboa pouca atenção, fruto do fraco investimento feito nas ligações de transporte e dinamização das infraestruturas existentes. Até às vésperas da II Guerra Mundial, os escassos empreendimentos que existiam tinham, maior parte das vezes, origem na iniciativa privada e de alguns governadores coloniais mais dinâmicos. A título de exemplo, até 1952, apenas estava disponível o leccionar do 1º ciclo escolar.

A comunidade chinesa e as suas ligações comerciais e familiares com a China continental estavam muito presentes na sociedade timorenses, contribuindo assim para o pulsar do diminuto comércio local. Apenas duas empresas rivalizavam o restante espaço económico, sendo, inclusive, os maiores contribuidores para a dinamização da economia, muito assente na produção agrícola.

Uma dessas empresas era a Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho, fundada pelo governador Celestino da Silva, em 1897, e proseguida pelos seus familiares. Esta empresa lidava com a plantação e comercialização da principal produção da ex-colónia: o café arábica timorense, cuja importância havia suplantado a do sândalo, que tinha atraído os primeiros navegadores portugueses à ilha, no distante século XVI. Para além do café, a SAPT também lidava, quase em exclusivo no Timor Português, na plantação e comércio de cacau, copra e borracha. O BNU detinha também uma posição acionista na SAPT.

A segunda empresa era o Banco Nacional Ultramarino, primeira e, até então, única instituição financeira portuguesa presente. Tal como para as restantes ex-colónias portuguesas, o BNU tinha o exclusivo emissor para o Timor Português. Devido às ligações entre o comércio e a filial local com a então colónia de Macau, adoptou-se a pataca como unidade monetária. Entidade essencial da presença portuguesa, o BNU contribuía supervisionando a circulação fiduciária. Garantia os poucos créditos solicitados na ex-colónia e efetuava os pagamentos aos funcionários estatais.

No período que antecedeu o início da II Guerra Mundial, o papel-moeda que aí circulava eram notas e cédulas emitidas pelo BNU. Estas circulavam em simultâneo com moedas metálicas que, apesar de não oficiais, eram aceites nas transacções comerciais. Estas moedas eram em prata e tinham várias origens: patacas mexicanas, dólares de Hong-Kong e dólares chineses de Cantão. Quanto às notas e cédulas do BNU, circulavam, não só, emissões privativas timorenses, mas também, notas originárias da filial de Macau que, por escassez de meios de troca, foram lançadas com sobrecarga local para terem curso legal no Timor Português.

Antes do deflagrar da guerra, a presença japonesa já se tinha feito sentir através da interacção mercantil que as empresas nipónicas operavam antes da invasão militar. Em 1938, Sachimaro Sagawa, administrador da empresa Nanyo Kohatsu K.K., instalou-se no Timor Português. Nesse mesmo ano, várias transportadoras nipónicas começaram a ameaçar o monopólio que a holandesa K.P.M. tinha no transporte marítimo insular, ao apresentar tarifas mais competitivas. Mais tarde, em 1940, a Nanyo Kohatsu adquiriu 48% das ações da SAPT, na época, a maior empresa timorense. No entanto, o BNU manteve uma posição maioritária.

Concretizando os seus objetivos expansionistas, o Império do Japão atacou a armada norte-americana em Pearl Harbor, no dia 7 de dezembro de 1941. Como reação, e no intuito de ocupar posições estratégicas, para impedir o avanço das forças japonesas em direcção à Austrália, forças Aliadas compostas por militares australianos e holandeses ocuparam Timor. Esta ocupação foi recebida com protestos da parte do governador Manuel Ferreira de Carvalho, argumentando a neutralidade de Portugal no conflito. Apesar desta posição da administração portuguesa, as forças Aliadas foram recebidas tranquilamente, e inclusive, vários civis portugueses e timorenses juntaram-se às suas fileiras. Não obstante estas movimentações, toda a ilha de Timor acabou por ser invadida e ocupada pelas forças japonesas a 19 de fevereiro de 1942.

Os japoneses mantiveram a administração colonial portuguesa no activo, apesar de sucessivas queixas junto do governador de falta de colaboração das autoridades locais. No entanto, proibiram a circulação das patacas emitidas pelo BNU e impuseram como moeda oficial o **papel-moeda militar japonês** através da publicação do “Edital de 24 de Fevereiro de 1942”. Este proibia todas as notas e moedas em curso e instituiu a livre circulação dos “yens” e dos “sens” militares. Dada a escassez de matérias-primas, fruto do esforço de guerra japonesa, os valores em “sens” não eram cunhados, mas antes impressos em cédulas.

Esta medida monetária era prática corrente pelos nipónicos durante a Guerra do Pacífico. Este papel-moeda era emitido pelo Southern Development Bank, instituição criada em fevereiro de 1942, para providenciar serviços financeiros às tropas nos territórios ocupados. Devido à extensão desses territórios, as forças armadas japonesas dividiram-os em diferentes zonas monetárias expressas numa unidade monetária característica dessa zona. Devido à influência geográfica das Índias Orientais Holandesas, onde circulava o **gulden** (florim), as autoridades militares nipónicas adoptaram essa divisa para circular também no Timor Português. Os valores existentes eram: 1, 5 e 10 cent, ½, 1, 5 e 10 gulden.

Como atrás se referiu, civis portugueses e timorenses liderados por régulos, juntaram-se à resistência Aliada que combateu o exército invasor. Um desses régulos foi Dom Aleixo Corte-Real, liurai de Suro (no actual distrito de Ainaro). Sempre apoiante da presença dos portugueses, já em 1910-12 havia combatido a seu lado contra uma sublevação de um liurai rival. Durante a ocupação nipónica da ilha, em conjunto com os seus homens, empreendeu uma encarniçada guerrilha contra os japoneses, mas também contra milícias de timorenses, recrutadas e armadas pelo exército nipónico. Estas milícias espalharam o terror por toda a ilha, ficando apelidadas pelo nome de “colunas negras”. Apoiando-se nas rivalidades tribais existentes, os japoneses fomentaram as inimizades entre os diferentes régulos de modo a eliminar a ameaça dos que combatiam ao lado das forças australianas, que ainda permaneciam na ilha. Desta maneira, numa ofensiva, em maio de 1943, atacaram as posições nas montanhas do régulo D. Aleixo, e capturaram-no, executando-o posteriormente. O régulo Dom Aleixo Corte-Real ficou para a administração portuguesa associado à heroicidade e à defesa dos interesses nacionais, tendo sido alvo de sucessivas homenagens a seguir à guerra. Inclusive, o BNU emitiu para Timor, entre 1963 e 1968, notas com a efigie do régulo.

O plano japonês de destruir a administração portuguesa e a guerrilha armada na ilha teve início em agosto de 1942. Continuou em 24 de outubro, quando cerca de 600 portugueses foram colocados em campos de prisioneiros em Liquiçá e Maubara. Esta ofensiva teve o resultado referido no parágrafo anterior e, antes disso, a total retirada da *Sparrow Force* australiana na ilha, em fevereiro de 1943.

À que mencionar, que o território timorense foi também bastante fustigado pelos bombardeamentos aliados, na capital Díli. Estes, no início da invasão, tinham uma frequência semanal e eram executados por dois a três aviões. Segundo relatórios militares japoneses da época, contribuíram para a destruição do consulado, de um hospital, da estação de rádio, entre outros. Terá sido num desses raids que o edifício da filial do BNU também foi destruído. Em junho de 1942, a grande maioria da população tinha fugido da cidade, deslocando-se para zonas, no interior. Somente o exército e alguns elementos da comunidade chinesa permaneceram.

A 10 de julho de 1944, por motivos desconhecidos, os japoneses aprisionam o gerente do BNU em Díli, João Jorge Duarte. Este foi levado para um campo de prisioneiros na ilha de Alor (a norte da ilha de Timor), em conjunto com o engenheiro Artur do Canto Resende, o funcionário administrativo da filial, José Duarte Santa e o chefe de posto de Liquiçá. As condições do campo eram bastante degradadas, tendo o gerente e o engenheiro perecido de má-nutrição. O gerente João Jorge Duarte, falecido no dia 25 de março de 1945, foi alvo de homenagem póstuma pelo BNU que lhe erigiu um mausoléu no cemitério de Santa Cruz, em Díli.

A 1 de setembro de 1945, após a rendição formal do Império do Japão às forças Aliadas, o comandante militar e o cônsul japonês no Timor Português, reuniram-se com o governador Ferreira de Carvalho para declarar o fim das hostilidades. A 29 de setembro desembarcou uma força expedicionária de cerca de 2.500 militares portugueses que, entre outro pessoal administrativo, tinham a missão da transmissão oficial da soberania e dar início ao esforço de recuperação da ex-colónia.

Nesta expedição, chegou também, o delegado do conselho administrativo do BNU com o objectivo de repor ao serviço a filial, o que veio a suceder, a 1 de novembro de 1945, nas instalações da Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho. Trouxe consigo, notas macaenses e da primeira emissão de moeda metálica para Timor, as quais também contribuíram, para ajudar a debilitada economia local. O **papel-moeda militar japonês**, os gulden, foram substituídos pela pataca timorense. O seu fim definitivo chegou a 31 de dezembro de 1954, a última data em que na ilha foi permitida a troca de gulden por notas do BNU em regime de paridade mas, nesta data limite, somente autorizado a funcionários administrativos.

Entre 40 a 70 mil timorenses e portugueses morreram em Timor durante os anos da ocupação nipónica, de uma população de 450 mil contabilizada antes da guerra. Sendo dos conflitos que mais martirizaram o povo timorense, infelizmente, teriam ainda de enfrentar nova provação com a ocupação indonésia do último quartel do século XX, antes de alcançarem a desejada independência nacional a 20 de maio de 2002.

Nuno Fernandes Carvalho

Abril 2012